



## O “ALUNO-PROBLEMA”: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS

Gérson Euriques de Vasconcelos Filho <sup>1</sup>

Janiely Ferreira Lopes <sup>2</sup>

Mariana Alves dos Santos <sup>3</sup>

André Augusto Diniz Lira <sup>4</sup>

### RESUMO

O presente trabalho consiste em investigar a construção da imagem do “aluno-problema” a partir dos discursos que, ao longo da história da educação escolar, buscaram explicar os altos índices de evasão e reprovação dos alunos. Desta forma, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e de cunho bibliográfico, tendo por base livros, capítulos de livro e artigos de periódicos que tratassem sobre a constituição do “aluno-problema”. Essas fontes, em geral, abordavam temáticas inter-relacionadas sobre a relação escola-sociedade, o fracasso escolar e a formação docente. Os resultados encontrados nos mostram que até a década de 1980, as explicações dadas ao fracasso escolar eram de cunho biológico, social e psicológico. O malogro educacional era colocado como uma responsabilidade dos alunos que não conseguiram se adaptar à estrutura da escola, pois eram provenientes das classes sociais mais pobres, que não tinham condições de ofertar os cuidados básicos e o acesso à cultura considerada como ideal pela classe dominante. A escola seria vítima de uma clientela “inadequada”. A partir desses discursos, foi se construindo a imagem de um tipo de aluno que ainda tem repercussões no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Alunos. Educação básica. Fracasso escolar. Reprovação. Evasão.

### 1. INTRODUÇÃO

O fracasso escolar é um tema que sempre esteve presente nas discussões sobre a educação escolar, servindo como campo de estudo para diversas áreas do conhecimento científico, tais como a Psicologia, Sociologia e a Pedagogia. Isso ocorre devido ao fato

---

<sup>1</sup> Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I - UFCG, [gersonvasconcelos098@gmail.com](mailto:gersonvasconcelos098@gmail.com);

<sup>2</sup> Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I - UFCG, [janiely.ferreira.lopes@gmail.com](mailto:janiely.ferreira.lopes@gmail.com);

<sup>3</sup> Bolsista do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, Campus I - UFCG, [maryalves6660@gmail.com](mailto:maryalves6660@gmail.com);

<sup>4</sup> Tutor do Grupo Programa de Educação Tutorial (PET Pedagogia) e docente da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [andreaugustoufcg@email.com](mailto:andreaugustoufcg@email.com).



de se buscar soluções para os altos índices de evasão e reprovação, problemas que além de antigos, ainda estão presentes nas escolas públicas.

Ao longo da história da educação escolar, podemos observar que, até o início da década de 1980, a pesquisa científica colocou nos fatores intrínsecos aos alunos a responsabilidade pelo malogro educacional, principalmente aqueles que eram provenientes de famílias das classes populares. A imagem que foi construída da escola, em seu surgimento, foi de uma instituição habilitada para receber a sua clientela. Se as finalidades da educação já haviam sido determinadas, a função do professor era a de ensinar os conteúdos preestabelecidos, cabendo aos alunos o papel de memorizar e reproduzir os conteúdos quando fossem exigidos. A partir dessa concepção de escola e do processo de ensinar-aprender, pode surgir o questionamento dentro da comunidade escolar: por que nem todos os alunos conseguem se adaptar a estrutura da escola?

Para podermos entender melhor este problema, se faz necessário explorar sobre a trama da educação brasileira, tendo em vista que nem sempre a educação de crianças e adolescentes se deu no formato que temos, pois “o fenômeno educacional se desenrola no tempo e faz igualmente na história.” (ARANHA, 2012, p. 15). A partir da compreensão acerca do surgimento da escola, poderemos entender melhor como a imagem de aluno-problema foi sendo construída a partir de discursos históricos e científicos.

Esta temática é importante tanto para licenciandos quanto para docentes, na medida em que é necessário refletir sobre o lugar da criança que, por inúmeros fatores, têm dificuldades de atender às exigências das escolas. Este é um fenômeno educacional complexo, que deixa marcas nos indivíduos que são taxados como desqualificados para avançar de série, situação que induz muitos aprendizes a desistirem da sua trajetória escolar. Além disso, gostaríamos de buscar novos caminhos, que levassem em consideração a subjetividade e a autonomia dos indivíduo para o enfrentamento dos altos índices do malogro educacional.



O nosso objetivo é o de fazer um levantamento acerca dos discursos científicos que colocou sobre os alunos a responsabilidade pelo fracasso escolar e como eles contribuíram para a formação da imagem do “aluno-problema”.

## **2. Metodologia**

A presente pesquisa consiste em apresentar os principais discursos científicos que propuseram explicações para o problema do fracasso escolar ao longo do século XX, sendo os alunos apontados, nesse período da história da educação, como os principais responsáveis pelo malogro educacional. Desta forma, o nosso estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois temos “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”(GIL, 2002, p. 42). A metodologia dessa pesquisa é de cunho bibliográfico, pois, segundo Gil (2002, p 44) esse tipo de pesquisa é:

desenvolvida com base em material já elaborado, constituído. Principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Os textos que utilizamos para fundamentar o artigo foram provenientes de uma seleção de livros, capítulos de livros e de artigos que tratavam sobre a constituição do “aluno-problema”. Entre esses destacamos: os livros “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia” (1999) de Maria Helena Souza Patto; “A escola e o Fracasso escolar”(2012) das autoras Regina C. Ellero Gualtieri e Rosário Genta Lugli; “O aluno-problema: forma social, ética e inclusão” de Marcos Cezar de Freitas; como fonte sobre a formação docente o livro “Saberes docentes e formação profissional”(2002) de Maurice Tardif; os capítulos de livros “Fracasso escolar, identidade e formação docente: Incursões no campo científico” de André Augusto Diniz Lira e Moisés Domingos Sobrinho; “Introdução: Os coletivos diversos repolitizam a formação” de



Miguel G. Arroyo e os artigos “A desqualificação da Família para educar” de Marcus Vinicius da Cunha “Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional” de Natália de Lacerda Gil. A partir da leitura e análise crítica desses textos, pudemos apresentar algumas explicações científicas que marcaram os estudos acerca do fracasso escolar a partir do século XX, em especial os discursos que contribuíram para a criação do estigma do “aluno-problema”.

### **3. Discussão teórica**

#### **3.1 O surgimento da educação escolar**

Até o século XVII a educação da maioria das crianças se dava sob a tutela dos integrantes das suas famílias, com o objetivo de fazê-la aprender os ofícios do trabalho dos mais velhos (FREITAS, 2011). A educação escolar no formato que temos hoje, surgiu a partir da pressão dos filósofos liberais que defendiam uma sociedade mais justa, na qual a estrutura social não fosse baseada na herança familiar e sim no mérito individual, mas para que isso fosse possível foram criadas redes públicas de ensino em alguns países da Europa e América do Norte (PATTO, 1999).

Diante desse novo cenário social, o mercado de trabalho demandava uma qualificação profissional que exigia que a educação da população deixasse de ser uma demanda das famílias e passasse a ser de uma instituição regulamentada pelo Estado. A escola deveria padronizar a formação dos sujeitos, desta forma, essa nova instituição “(...) passa a ser desejada pelas classes trabalhadoras quando de alguma forma se apercebe da desigualdade embutida na nova ordem, e tentam escapar, pelos caminhos socialmente aceitos, da miséria de sua condição.” (PATTO, 1999, p. 49). A compreensão de que a escola iria redimir o mundo e solucionar o problema da desigualdade social, além de capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho, trouxe à tona a necessidade da criação de políticas educacionais para que pudesse ocorrer a regulação dos conteúdos que os



professores deveriam ensinar, para que desta forma, os alunos pudessem sair preparados para ser inseridos nesse novo modelo social. A partir disso, passou a haver a necessidade de que o número de vagas escolares aumentasse e, conseqüentemente, a construção de novas escolas e uma maior preocupação com a formação de professores.

Com toda essa expectativa redentora criada sobre a escola, passou a existir a compreensão de que ela estava, desde o seu surgimento, preparada para receber os seus alunos, desta forma, seria responsabilidade dos educandos se adaptarem a essa nova instituição social, tendo em vista que o professor só conseguiria realizar o seu trabalho de forma satisfatória se todos os alunos estivessem no mesmo ponto de partida (FREITAS, 2011). Era de suma importância que as salas de aulas fossem uniformizadas, principalmente com relação ao nível cognitivo dos alunos, e foi por isso que elas passaram a ser divididas em séries. As crianças apenas poderiam avançar se atingissem os objetivos propostos pela escola; analisados, então, através de exames nos quais os alunos provariam tinham aprendido, caso contrário, deveriam repetir o ano letivo (GIL, 2018). É com essa conjuntura que se inicia a problemática da reprovação e evasão escolar.

“É de longa data, no campo educacional, o discurso de que o professorado e a escola pública figuram como vítimas de uma clientela inadequada.” (LIRA; SOBRINHO, 2014, p. 57). É notável que desde o surgimento da educação escolar, existe uma busca incessante dos responsáveis pelo insucesso escolar, prática que acarretou uma compreensão reducionista e unilateral acerca do fracasso escolar.

Por não levar em consideração as subjetividades de cada aluno, rapidamente começou a se perceber problemas de aprendizagens, em contraponto, os pensadores liberais passaram a buscar respostas para o malogro educacional. As primeiras explicações, que se mantiveram até a década de 1980, colocavam a responsabilidade no corpo docente.



### 3.2 A construção da imagem do “aluno-problema”

Para solucionar o problema do fracasso escolar, os pensadores e filósofos da época tentaram encontrar soluções científicas, e com o fortalecimento do positivismo os dados deveriam ser “neutros” e possuir bases empíricas. É nesse contexto que, segundo Patto (1999), começam a surgir as primeiras teorias racistas.

As hipóteses levantadas, e que vão ganhando força no Brasil ao longo do século passado, colocavam a culpa nas “condições sociais, saúde física e psicológicas dos educandos provenientes das classes populares” (LIRA; SOBRINHO, 2014, p. 58). Sendo assim, os educandos eram culpabilizados pelo fracasso escolar, mas isso era necessário para a manutenção da sociedade pensada pelos liberais, já que era defendida a ideia da igualdade de oportunidades. No entanto, os resultados esperados dependiam dos méritos individuais.

Com o fortalecimento da teoria biológica de Darwin sobre a evolução das espécies, houve uma adaptação dela para o cenário educacional, desta forma, aqueles alunos que não se adaptarem a escola eram considerados menos evoluídos e deveriam ficar fora dela, permanecendo apenas os “mais fortes”, ou seja, aqueles que se adaptaram. Com essa perspectiva, o determinismo racial ganhou força e era o grande responsável por explicar o bom desempenho dos europeus da burguesia na escola, em detrimento daqueles provenientes das classes populares e as pessoas dos países colonizados. (PATTO, 1999).

Com a necessidade das teorias científicas possuírem bases empíricas, durante o século XX era bastante comum que fossem realizados teste de QI, com o intuito de medir o desempenho dos alunos, e assim, conseguir identificar os alunos “normais” e “anormais” (PATTO, 1999). Pois conforme é relatado por Gualtieri e Lugli (2012):

É nesse contexto ideológico que se consolidou a escola seletiva e nela foram introduzidos e utilizados os instrumentos de medida das



diferenças individuais – os testes psicológicos e pedagógicos – com o intuito de diferenciar, separar e hierarquizar as crianças e os jovens, condição necessária para organizar os alunos na “escola sob medida” e oferecer-lhes o ensino segundo suas supostas capacidades. (p.19)

Para que essa compreensão pudesse se consolidar, era necessário partir do pressuposto de que todos os indivíduos devem ter acesso à mesma educação escolar, sendo assim, o fracasso poderá ser tratado “como drama individual, uma condição intelectual desfavorável para a aprendizagem, reduzindo assim a questão a problemas psicológicos” (VOSS, 2014, p. 173).

Mas esses resultados serviram para fortalecer as críticas à população proveniente das regiões pobres, tendo em vista que a escola passou a ser buscada por todas as classes populares no decorrer do século XX. Dessa forma, o problema do fracasso escolar passou a ser visto pela ótica social e “Se fizermos um balanço, encontraremos a criança pobre (...) retratada como o problema para o bom andamento dos trabalhos escolares.” (FREITAS, 2011, p. 50). Ainda segundo Freitas (2011), não foram poucos os estudos que apontaram o fator social como o incompetente grande determinante para os problemas de reprovação e evasão escolar, principalmente aquelas que cresceram em favelas e subúrbios, esta nova perspectiva deslocou o foco do problema individual para o social.

Como nos mostra Cunha (1997) havia a necessidade da escola e as famílias trabalhem juntas na educação. No entanto, as famílias das camadas populares eram taxadas como desqualificadas e em vez de contribuir com a instrução das crianças, acabavam colocando em risco o trabalho realizado pela escola. Conseqüentemente, as crianças oriundas das classes populares eram as que carregavam o estereótipo do “aluno-problema”. É necessário reconhecer que as desigualdades sociais trazem diversos problemas para a aprendizagem e para o cotidiano escolar, no entanto, o que estava em jogo era a tentativa de excluir a família pobre do processo educacional.

Tendo em vista tais discussões, concordamos com Patto (1999) ao dizer que a teoria da carência social está baseada em um pensamento preconceituoso e etnocêntrico,



pois parte da noção de que as famílias pobres são desqualificados para ofertar experiências culturais que a “cultura erudita” considera como adequada, sendo assim, seriam essas crianças que ao chegarem na escola prejudicariam o desempenho dos demais alunos. Em suma, para essa teoria “O trabalho escolar seria eficiente se, antes, o aluno fosse curado, alimentado, se sua família correspondesse àquilo que a escola dela esperava, se seus hábitos fossem corrigidos e assim por diante.” (FREITAS, 2011, p. 51).

De acordo com Lira e Sobrinho (2014) foi somente a partir da década de 1980 que os pesquisadores, em especial os das áreas de Pedagogia, Psicologia e Sociologia da educação, começaram a criticar a compreensão do aluno-problema acerca do fracasso escolar, responsabilizando os fatores internos às escolas responsáveis pelos altos índices de evasão e reprovação na educação básica brasileira. Esse período foi fundamental para a reconstrução da imagem do aluno nas pesquisas e nos discursos governamentais, surgindo então o aluno-competente em oposição a imagem construída do aluno-problema.

Apesar da evolução do processo de reconstrução da imagem do aluno, essas teorias trouxeram como consequência um grande número de reprovações, pois quando os professores percebiam que seus alunos não estavam tendo o rendimento esperado, esse era o caminho mais fácil social e academicamente aceito. Segundo Proença (2010), os professores ao identificarem deficiências na aprendizagem dos alunos passam a considerá-los como desqualificados para progredirem de série, desta forma, eles deverão repetir o mesmo ano letivo, a consequência disso é a criação de um sistema de repetência escolar. A repetência em vez de contribuir para que os educandos tenham um bom aprendizado, afeta diretamente a estima dos alunos, pois o fato de serem taxados como incompetentes faz com que eles se sintam desmotivados a continuar sua vida escolar, tendo como consequência a evasão.



#### 4. Considerações finais

Diante disso, destacamos a importância dos cursos de formação de professores possuírem uma postura política que se preocupe e respeite as subjetividades e a diversidade dos sujeitos que são oriundos das classes populares, tendo em vista que é preciso desconstruir os discursos preconceituosos e excludentes que foram se impregnando no cenário educacional brasileiro. Mas para que essa transformação seja possível é necessário que os cursos se preocupem em:

(...) formar docentes-educadores que entendam como o próprio sistema e a própria docência participaram e participam na produção dos diversos em desiguais, por meio de seus padrões de ciência, racionalidade e conhecimento, de cultura e civilização, de avaliação, classificação e segregação. (ARROYO, 2008, p. 16)

Destarte, a figura do docente é fundamental para impedir os avanços das teorias estigmatizantes, que vem deixando marcas na história da educação escolar, pois são eles que estão entre os currículos conteudistas e os alunos. Com isso, não estamos querendo propor, como foi feito nas pesquisas científicas a partir da década de 1980, que é sobre os professores o fardo do fracasso escolar deve ser colocado, nem muito menos, descrever o perfil de um professor ideal, porque como nos revela Fontana (2010) existe um grande abismo entre o professor idealizado pelos pesquisadores tecnicista e progressistas, e os professores reais, aqueles que estão presentes no cotidiano escolar. Nosso intuito é trazer à tona a discussão sobre o respeito às singularidades dos sujeitos e a diversidade de vivências, saberes e culturas, características que são fundamentais para a construção da imagem do aluno.

Em razão do cenário educacional ser marcado historicamente pelos altos índices de evasão, repetência e problemas de aprendizagem, é necessário que as velhas estruturas



e os critérios de avaliação sobre o processo de ensino-aprendizagem ainda vigentes nas escolas sejam revisados e discutidos junto a comunidade escolar.

O fato dos alunos serem os alvos do processo educacional não justifica que os discursos educacionais coloque sobre eles a culpa pelo fracasso escolar, tendo em vista que esse é um problema que resulta de múltiplos fatores, tanto intra como extraescolares. Assim, a educação deve ser compreendida como um espaço que possui relações interpessoais extremamente complexas. Torna-se bastante problemático e reducionista colocar somente sobre os alunos a responsabilidade pelo sucesso escolar. Além disso, o docente deve compreender que apesar de trabalhar na sala de aula com um coletivo, ele tem o desafio de buscar novos caminhos para respeitar a singularidade de cada aluno, respeitando sua autonomia do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, destacamos que o papel da escola deve ser o de instruir os sujeitos para que eles sejam ativos na construção do conhecimento científico, para que isso ocorra de forma crítica, questionadora e emancipadora, além disso, para que eles sejam capazes de fazer associações dos conteúdos aprendidos na escola com o contexto social em que estão inseridos.

## 5. Referências

- ARANHA, M. L. A. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- ARROYO, M. G. Introdução: Os coletivos diversos repolitizam a formação. In: DINIZ-PEREIRA, J. L.; LEÃO, G. (org.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 11-36.
- Cunha, M.V. (1997). A desqualificação da família para educar. **Cadernos de Pesquisa**, 102, 46-64. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/739>
- FONTANA, R. A. C. **Como nos tornamos professoras?**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FREITAS, M. C. **O aluno problema: forma social, ética e inclusão**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/69902301/gil-antonio-carlos-como-elaborar-projeto-de-pesquisa-5-ed-2010> Acesso em: 29 de Agosto de 2020.

GIL, N. L. Reprovação escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 26 jul. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100229&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100229&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 30 set. 2020.

GUALTIERI, Regina C. Ellero; LUGLI, Rosário Genta. **A escola e o fracasso escolar** . Coleção Educação & Saúde. V, 6 . São Paulo: Cortez, 2012.

OLY, MARIA (Org.). Esboço para uma história da escola no Brasil, algumas reflexões libertárias. In: CORRÊA, Guilherme Carlos. **O que é escola?** p. 51-84, Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1999.

LIRA, A. A. D. e SOBRINHO, M. D. Fracasso escolar, identidade e formação docente: Incursões no campo científico. In: RAMALHO, B. L. e NUÑEZ, I. B. (org.). **Formação, representações e saberes docentes: elementos para pensar a profissionalização dos professores**. 1. ed. Natal: Mercado de letras, 2014. cap. 3, p. 55-74.

VOSS, R. R. Aspectos sociocognitivos do fracasso escolar. **Revista Educação em questão**, Natal, v.48, n.34, p.165-189, Jan/Abr.2014. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2014v48n34ID5772> Acesso em: 11 ago. 2020.